



## Moção

(Aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de Sócios do dia 23/01/2020)

### Os Professores não desistem de lutar

Em 31 de Janeiro de 2020 a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública vai promover uma Manifestação Nacional de trabalhadores da Administração Pública com o objetivo de dar visibilidade ao protesto destes trabalhadores contra as políticas que têm sido desenvolvidas e que estão na origem da desvalorização das carreiras, da perda do poder de compra dos seus salários, exemplificado com a proposta provocadora de um aumento de 0,3% nos salários dos trabalhadores da Administração Pública após 10 anos sem aumentos, da inexistência de políticas de combate à precariedade laboral na Administração Pública, do agravamento das condições que permitam a aposentação - o que se traduz num galopante envelhecimento de diversos setores profissionais -, de um conjunto de medidas que agravam problemas já existentes e que criam outros que dificultam cada vez mais as respostas que os serviços públicos devem dar, serviços esses que são a garantia da melhoria das condições de vida dos portugueses.

Os sindicatos de professores que integram a FENPROF associam-se à convocação desta Manifestação Nacional de trabalhadores da Administração Pública.

Considerando ainda as inúmeras questões específicas do setor não resolvidas, bem como a postura do governo de afronta aos docentes e seus sindicatos, evidenciada na reunião de 22 de janeiro entre o ME e a FENPROF, pelo Ministro Tiago Brandão, e de total ausência de resposta no Orçamento de Estado 2020 para os problemas que a educação atravessa, o SPGL decide aderir à Greve Nacional de Educadores, Professores e Investigadores convocada pelos Sindicatos da FENPROF para o mesmo dia.

Para além das questões gerais da Administração Pública, os professores e investigadores consideram fundamental reafirmar a este governo que não desistem das suas justas reivindicações e que continuam mobilizados para empreender as formas de luta necessárias e adequadas com vista à resolução dos seus problemas, nomeadamente:

- a valorização da carreira dos docentes da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, única forma de tornar a profissão suficientemente atrativa para as novas gerações;
- a recuperação de todo o tempo de serviço em falta (6A,6Me23D), cumprido e ainda não contabilizado;
- a correção das ilegalidades consumadas com as ultrapassagens de docentes com maior antiguidade por docentes com menor antiguidade;
- o fim dos bloqueamentos de carreira na progressão aos 5º e 7º escalões;

- o respeito pela qualificação profissional dos docentes;
- a valorização das carreiras dos docentes do Ensino Superior e Investigação e o combate à precariedade neste setor;
- a democratização das instituições de ensino superior, revendo a natureza da sua gestão e também o seu financiamento;
- a aprovação de um contrato coletivo de trabalho que respeite, em todas as dimensões, o exercício da profissão docente no ensino particular e cooperativo;
- o reconhecimento do direito a uma aposentação imediata sem penalizações a todos os docentes com 40 anos de descontos;
- o fim dos abusos e ilegalidades dos horários de trabalho que sujeitam os professores a cargas extremas e que levam à exaustão profissional, emocional e psicológica, sacrificando as suas vidas pessoais e familiares;
- o acesso à carreira a todos os docentes com 3 ou mais anos de serviço, pondo fim à precariedade que afeta milhares de docentes;
- a abertura de um concurso específico para os docentes cuja candidatura à regularização do vínculo no âmbito do PREVPAP foi aceite pela CAB – Educação, enquadrando-os na carreira docente;
- a melhoria das condições de trabalho nas escolas, investindo em recursos materiais e humanos;
- a tomada de medidas que permitam pôr cobro às situações de violência em contexto escolar;
- a remoção do amianto nos estabelecimentos escolares em que essa situação se mantém;
- a reversão do processo de municipalização da educação;
- a democratização da vida nas escolas, a começar pela alteração do modelo de gestão em vigor;
- o fim da desorçamentação da educação, travando o desinvestimento cada vez maior neste setor, de forma que até final da legislatura o valor corresponda a 6% do PIB;
- o respeito pela liberdade e os direitos sindicais e o respeito pela negociação coletiva.

Neste contexto, os professores e educadores reunidos em Assembleia Geral de Sócios do SPGL em 23 de janeiro de 2020, decidem aprovar a adesão à Greve Nacional de Educadores, Professores e Investigadores no próximo dia 31 de janeiro, exortando os docentes a participar na Manifestação Nacional da Administração Pública nesse mesmo dia, e no Plenário Nacional de Professores no dia 12 de fevereiro.